

VANTAGENS E DESVANTAGENS DA IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL EM UMA GRANDE EMPRESA INDUSTRIAL

ADVANTAGES AND DISADVANTAGES OF THE DEPLOYMENT OF DIGITAL SYSTEM OF PUBLIC BOOKKEEPING ON A LARGE INDUSTRIAL COMPANY

Recebido em 01.02.2011 | Aceito em 04.04.2011 | Segunda versão aceita em 08.08.2011 |
Nota: este artigo foi aceito pelos Editores Romualdo Douglas Colauto e Ademir Clemente e passou por uma avaliação *double blind review*

A reprodução dos artigos, total ou parcial, pode ser feita desde que citada a fonte

ALEX ECKERT

Mestre em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul | Professor do Curso de Ciências Contábeis da Universidade de Caxias do Sul (UCS) | Rua Francisco Getúlio Vargas, 1130 – B. | Petrópolis – Bloco J | CEP 95070- 560 | Caxias do Sul – RS | Fone: (54) 3218-2267 R 2753 | E-mail: aeckert@ucs.br |

EVELINE CORDOVA DOS SANTOS

Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade de Caxias do Sul (UCS) | Rua Francisco Getúlio Vargas, 1130 | B. Petrópolis – Bloco J | CEP 95070-560 | Caxias do Sul – RS | Fone: (54) 3218-2267 R 2753 | e-mail:evelinecsantos3@yahoo.com.br

MARLEI SALETE MECCA

Doutora em Engenharia de produção | Professora do Curso de Ciências Contábeis da Universidade de Caxias do Sul (UCS) | Rua Francisco Getúlio Vargas, 1130 |B. Petrópolis – Bloco J | CEP 95070-560 | Caxias do Sul – RS | Fone: (54) 3218-2267 R 2753 | E-mail: msmecca@ucs.br |

ROBERTO BIASIO

Doutor em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul | Professor do Curso de Ciências Contábeis da Universidade de Caxias do Sul (UCS) | Rua Francisco Getúlio Vargas 1130 |B. Petrópolis – Bloco J | CEP 95070-560 | Caxias do Sul – RS | Fone: (54) 3218-2267 R 2753 | E-mail: rbiasio@commcenter-rs.com.br |

RESUMO

O SPED é um novo sistema da Receita Federal do Brasil, elaborado para facilitar a entrega das obrigações acessórias pelas empresas, além de modernizar e otimizar a fiscalização tributária. Atualmente o SPED é constituído por três grandes grupos: a Nota Fiscal Eletrônica, Escrituração Fiscal Digital e Escrituração Contábil Digital. Cada um desses grupos tem uma finalidade específica, mas todas têm um único objetivo, que é a unificação das informações enviadas ao fisco, agora por meio digital. Isso não facilita apenas o controle da Receita Federal sobre os contribuintes, mas também facilita aos contribuintes a forma de apresentar as obrigações acessórias ao fisco. Este trabalho busca mostrar um pouco do funcionamento de cada uma das etapas do novo sistema e o que mudou com a implantação do mesmo. O objetivo deste trabalho é identificar e analisar as principais vantagens e desvantagens que uma empresa industrial terá com a implantação do SPED. O estudo foi desenvolvido em uma grande empresa do ramo industrial. Conclui-se que, na empresa estudada, o novo sistema trouxe algumas desvantagens para contribuinte, mas trouxe também muitas vantagens.

Palavras-chave: SPED; Escrituração Contábil Digital. Escrituração Fiscal Digital. Nota Fiscal Eletrônica.

ABSTRACT

SPED is a new system of Federal Revenue in Brazil, according to facilitate the submission of additional obligations for businesses, will modernize and streamline the tax police. Currently SPED consists of three major groups: Electronic Invoicing, Bookkeeping and Tax Accounting Bookkeeping Digital. Each of these groups has a specific purpose, but all have one goal, which is the unification of information sent to the tax authorities, now by digital means. This not only facilitates the control of the IRS on taxpayers, but also eases the way for taxpayers to submit tax obligations incidental thereto. This paper seeks to show a little of the operation of each stage of the new system and what has changed with the implementation of it. The objective is to identify and analyze the main advantages and disadvantages that have an industrial company with the establishment of SPED. The study was conducted in a large company in the industrial sector. We conclude that in the studied company, the new system has brought some disadvantages to the taxpayer, but also brought many advantages.

Keywords: SPED; Digital Bookkeeping Accounting. Digital Bookkeeping Tax. Digital Invoice.

1 INTRODUÇÃO

Com a globalização e o acesso fácil a tecnologia, as empresas estão cada vez mais modernizadas. Não só pelo simples fato da tecnologia ajudar na agilidade dos processos, mas no fato de que cada vez mais se está sendo exigida essa modernidade tecnológica das empresas. Nos dias de hoje, já é mais raro de se encontrar empresas que trabalham de forma primitiva e artesanal, mesmo assim em algumas pequenas empresas ainda é uma prática comum. A tecnologia é parte fundamental para a sustentação e desenvolvimento das empresas.

Quando se fala de tecnologia, muitas pessoas logo imaginam fábricas cheias de máquinas com sistemas de última geração. Além da modernização do chão fabril, há também a tecnologia do setor administrativo das empresas, com computadores e sistemas cada vez mais modernos, com isso a análise dos dados fica cada vez mais rápida e segura. Atualmente, com alguns simples comandos, tem-se um balanço contábil completamente pronto. Precisa-se apenas alimentar o sistema com informações. Em troca, ganha - se tempo para analisar mais informações do que se conseguiria se o mesmo processo fosse realizado de forma manual. Com base na evolução tecnológica das empresas que o controle de todo o fluxo de informação também foi modernizado com a “tecnologia digital”.

Este trabalho tem como finalidade apresentar como funciona o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), que foi instituído através do Decreto nº 6.022 de 22 de janeiro 2007. Esse decreto tem por finalidade unificar as atividades de recepção, validação, armazenamento e autenticação de livros e documentos que integram a escrituração comercial e fiscal das empresas. Todas as empresas terão que emitir seus livros e documentos de forma eletrônica. Com isso, o fisco terá acesso aos registros das empresas de forma eletrônica, o que permitirá uma maior facilidade na fiscalização das sociedades empresariais. Isso não dispensa a empresa de manter sobre sua guarda e responsabilidade os livros e documentos na forma de prazos previstos na legislação.

Cabe ressaltar que, conforme Decreto nº 6.022/07, em seu Art.3º, serão usuários do SPED: Receita Federal do Brasil, Administrações Tributárias dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, Órgãos e Entidades da Administração Pública Federal Direta e Indireta que tenham atribuições legal de regulação, normatização, controle e fiscalização dos empresários e das sociedades empresariais. O objetivo geral deste trabalho é identificar quais são as principais vantagens e desvantagens que uma grande empresa do ramo industrial terá com a implantação do SPED.

2 SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL (SPED)

Para o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o SPED pode ser entendido como um software que será disponibilizado pela Receita Federal, onde todas as empresas mantenham e enviem a este órgão informações de natureza fiscal e contábil (a partir da escrituração digital mantida nas empresas) e informações previdenciárias, bem como os Livros Fiscais, Comerciais e Contábeis gerados a partir da escrituração (já registrados nos órgãos do Comércio), além das Demonstrações Contábeis. Ainda para o CFC, o contribuinte poderá validar esses arquivos, assinar digitalmente, visualizar seu conteúdo e transmitir eletronicamente seus dados para os

órgãos de registro e para os fiscos das diversas esferas. O site da Receita Federal do Brasil (RFB) traz a seguinte apresentação sobre o SPED:

Instituído pelo Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007, o projeto do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal (PAC 2007-2010) e constitui-se em mais um avanço na informatização da relação entre o fisco e os contribuintes.

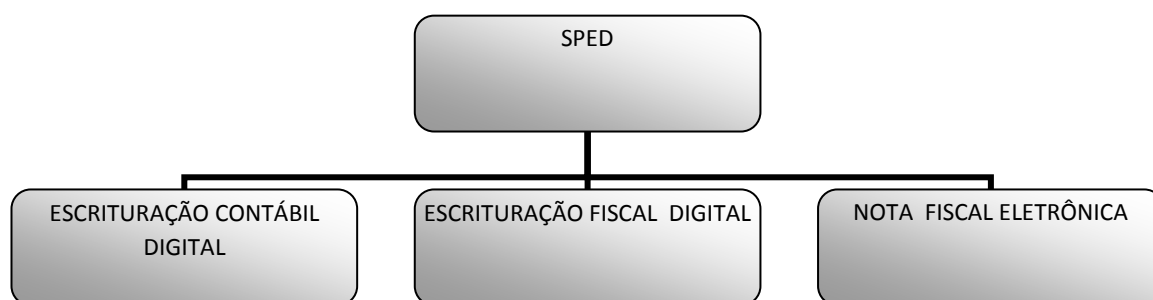
O mesmo site ainda diz que, de modo geral, o SPED consiste na modernização do sistema atual do cumprimento das obrigações acessórias, transmitidas pelos contribuintes às administrações tributárias e aos órgãos fiscalizadores. Essa transmissão é utilizada mediante a utilização da certificação digital para fins de assinatura dos documentos eletrônicos, garantindo assim a validade jurídica dos mesmos.

Esse projeto (SPED) representa uma iniciativa integrada das administrações tributárias nas três esferas governamentais: federal, estadual e municipal. O projeto mantém parceria com 20 instituições, entre órgãos públicos, conselho de classe, associações e entidades civis, na construção conjunta do projeto. Em resumo, o SPED estabelece um novo tipo de relacionamento, baseado na transparência mútua, com reflexos positivos para toda a sociedade.

“O projeto SPED está consolidando-se graças à atuação histórica das autoridades fiscais, no que tange o relacionamento com o setor privado. O clima de parceria é marcante nas reuniões do grupo de trabalho do SPED, de forma que as empresas participantes dos projetos-piloto estão conseguindo modernizar suas estruturas de controladoria e, ao mesmo tempo, atender às demandas do fisco eletrônico. Ou seja, empresas e autoridades estão trabalhando baseadas em uma relação “ganha-ganha”, até então inédita em nosso País” (Big Brother fiscal – III O Brasil na Era do Conhecimento, Duarte, 2009, p. 70).

Na opinião do economista-chefe da Associação Comercial da São Paulo (ACSP), Solimeo (2010), os custos da implantação do SPED podem prejudicar as companhias de pequeno porte, em um sistema tributário no qual elas já saem perdendo por conta da falta de transparência das informações. A RFB salienta que o SPED é composto por três grandes subprojetos: Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), Escrituração Fiscal Digital (EFD) e a Escrituração Contábil Digital (ECD). A Figura 1 demonstra estes subprojetos:

Figura 1: Estruturação do SPED



Fonte: elaborado pelos autores

De acordo com a RFB os principais objetivos da implantação do SPED são: (1) Tornar mais rápida a identificação de ilegalidades tributárias, com melhor controle dos processos. Acesso mais

rápido as informações, tornam mais eficaz a fiscalização e o cruzamento de dados com a auditoria eletrônica; (2) Promover a integração dos fiscos, através da padronização e compartilhamento das informações contábeis e fiscais; (3) Relacionar e tronar únicas as obrigações acessórias para os contribuintes, estabelecendo transmissão única das distintas obrigações acessórias de diferentes órgãos fiscalizadores; (4) Dar continuidade ao programa de informatização das informações contábeis fornecidas a RFB e demais órgão fiscalizadores.

A idéia da implantação do SPED é propiciar um melhor ambiente de relações e negócios para as empresas no país, eliminando a concorrência desleal entre as companhias. Para a RFB, através desse novo sistema há uma melhora no controle tributário, pelo cruzamento de dados contábeis e fiscais, eliminando informações redundantes dos contribuintes.

Outra mudança que ocorreu foi no setor fiscal com a apresentação das obrigações acessórias ao fisco. O tradicional Livro Registro de Entradas, Livro Registro de Saídas, Livro de Apuração de ICMS e IPI, Livro de Apuração de PIS e COFINS, agora deixam de ser impressos e passam a ser digitais. O setor contábil também apresentou mudanças, com a digitalização de seus Livros balancetes Diários e Balanços. A partir da implantação do SPED, o documento oficial será de existência apenas eletrônica com validade jurídica para todos os fins.

2.1 NOTA FISCAL ELETRÔNICA – NF-E

Segundo apresentado no site da Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul (SEFAZ/RS), a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) pode ser definida como um documento de existência apenas digital, emitido e armazenado eletronicamente, como objetivo de registrar para fins fiscais, uma operação de circulação de mercadorias ou prestação de serviço, ocorrida entre as partes. Duarte (2009, p.74) diz que:

A NF-e é um documento eletrônico que contém dados do contribuinte remetente, do destinatário e da operação a ser realizada. Este documento é assinado com certificado digital do remetente e enviado a SEFAZ de sua unidade federativa, para validação e autorização.

Em resumo, a NF-e nada mais é do que o documento fiscal que registra as operações de circulação de mercadoria e prestação de serviço, que anteriormente era impresso e agora passa a ser digital. Porém ao contrário do muitos ainda pensam, a NF-e não acompanha a circulação da mercadoria. Em substituição a nota fiscal para circulação da mercadoria, foi criada o Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica (DANFE), que é uma representação simplificada da nota fiscal, impressa em papel comum e em uma única via.

Conforme mencionado no site da Receita Federal, a DANFE não substitui a Nota Fiscal, serve apenas como instrumento auxiliar para consulta da NF-e, pois contém a chave de acesso da NF-e, que permite ao detentor desse documento, em formato XML (eXtensible Markup Language), confirmar a efetiva existência da NF-e através do Ambiente Nacional (RFB) ou site da SEFAZ na Internet.

Apesar de todos os transtornos trazidos com implantação da NF-e, a RFB elenca uma série de benefícios, tanto para o emissor quanto para o receptor das mercadorias. Para o primeiro, com a implantação da NF-e o emissor terá redução de custos de impressão, redução nos custos de aquisição de papel, redução nos custos de armazenagem dos documentos fiscais, além da simplificação das obrigações acessória com a dispensa da AIDF. Também tem a redução de parada de caminhões em postos fiscais de fronteira.

Já para o segundo, este também tem benefícios como a eliminação gradual da digitação de notas fiscais na recepção de mercadorias. Com a Nf-e o receptor tem a possibilidade de planejamento de logística de entrega pela recepção antecipada das informações da NF-e. E o receptor também reduz os erros na escrituração das notas fiscais.

2.2 ESCRITURAÇÃO FISCAL DIGITAL – EFD

A Escrituração Fiscal Digital (EFD) tem por objetivo dar continuidade ao programa de informatização e uniformização das informações fiscais fornecidas a RFB e Sefaz. A Escrituração Fiscal Digital - EFD é um arquivo digital, que se constitui de um conjunto de escriturações de documentos fiscais e de outras informações de interesse dos fiscos das unidades federadas e da Secretaria da Receita Federal do Brasil, bem como de registros de apuração de impostos referentes às operações e prestações praticadas pelo contribuinte. Este arquivo deverá ser assinado digitalmente e transmitido, via Internet, ao ambiente SPED (RFB, 2010).

A EFD foi instituída através da Convenio ICMS nº 143, de 15/12/2006, onde se constitui em um conjunto de escrituração de documentos fiscais e de outras informações de interesse dos fiscos (Estadual e Federal), como no registro de apuração de impostos referentes as operações e prestações praticadas pelo contribuinte. Para a RFB, o objetivo da EFD é dar continuidade ao programa de informatização das informações Fiscais fornecidas a RFB e SEFAZ.

Os objetivos da EFD são: (1) Agrupar as diversas declarações e Livros Fiscais no menor número possível de declarações digitais; (2) Promover a atuação integrada dos fiscos federal, estaduais e futuramente municipais, mediante padronização e racionalização das informações; (3) Rapidez na identificação de lícitos tributários.

Um dos benefícios da EFD é substituição dos livros impressos por existência digital. Pode-se salientar a melhora no processo operacional, processo de fiscalização automática com a integração com o fisco e ainda a dispensa de apresentação do arquivo magnético IN 57/95 (Sintegra).

2.3 ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL - ECD

Para Duarte (2009), a ECD é o pilar contábil do SPED. De forma simplificada a ECD é a geração de livros contábeis em meio eletrônico, através de arquivo com leiaute padrão e assinado com certificado digital. Segundo apresentado no site da RFB, a ECD pode ser definida de forma bem simples como a substituição dos livros da escrituração mercantil pelos seus equivalentes digitais.

A ECD é transmitida anualmente ao SPED até o último dia útil do mês de junho do ano seguinte ao ano-calendário a que se refere a escrituração. Para os casos de extinção, cisão parcial, cisão total, fusão ou incorporação, a ECD deverá ser entregue pelas pessoas jurídicas extintas, cindidas, fusionadas, incorporadas e incorporadoras até o último dia útil do mês subsequente ao do evento. A RFB elaborou um plano de contas referencial com finalidade estabelecer uma relação (um DE->PARA) entre as contas analíticas do plano de contas da empresa e um padrão, onde cada empresa deve adequar seu plano de contas com o exigido pela Receita Federal. A ECD pode ser resumida na Figura 2 apresentada na seqüência:

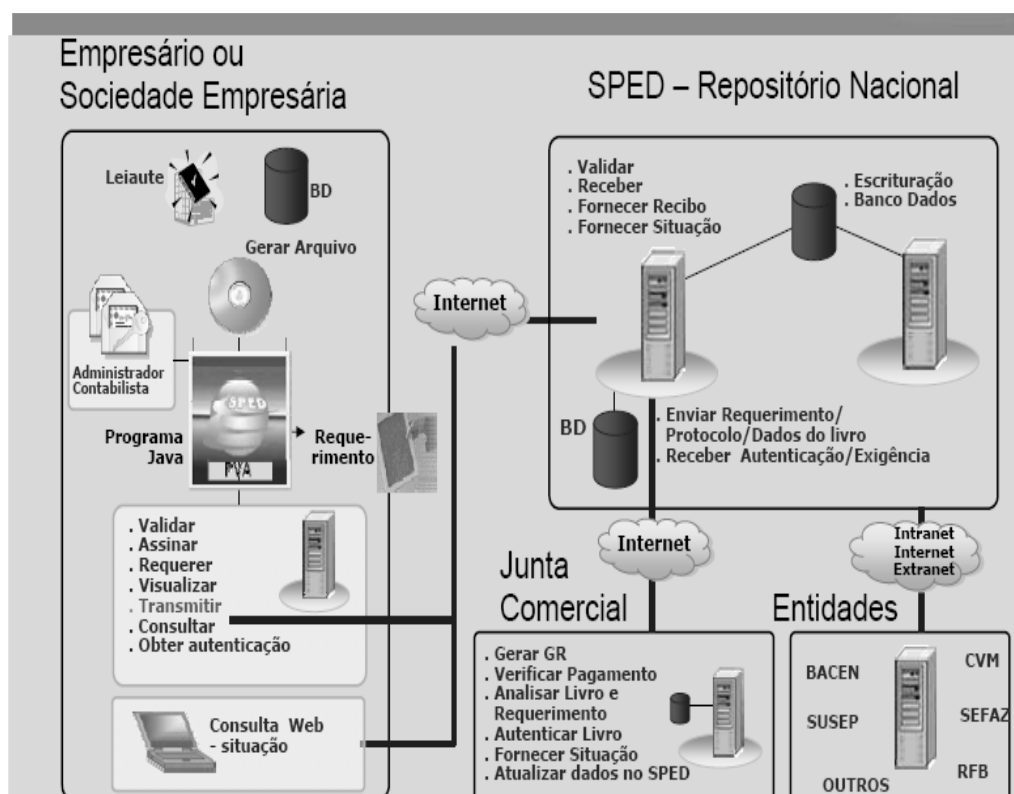


Figura 2: Resumo escrituração contábil digital

Fonte: Receita Federal do Brasil

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O método de pesquisa que foi utilizado neste trabalho envolveu, inicialmente, uma pesquisa bibliográfica, onde, através de levantamentos dos assuntos relacionados ao tema a ser pesquisado, buscou-se evidenciar os diversos aspectos que devem ser considerados na geração das informações a serem enviadas ao fisco. Para Gil (1999) a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente por livros. Sua principal vantagem é que a pesquisa bibliográfica consiste no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que se a aquela que poderia pesquisar diretamente. Para Marconi e Lakatos, (2001) pesquisa bibliográfica vem a ser o levantamento de toda bibliografia já publicada, em forma de livros, revistas, publicações avulsas de forma impressa, como o objetivo de permitir que o pesquisador tenha um reforço na análise de suas pesquisas.

Além da pesquisa bibliográfica, o trabalho apresenta o caso da empresa Alfa (nome fictício), cuja atividade é a fabricação de sistemas de suspensões. Segundo Gil (2002), o estudo de caso costuma ser utilizado tanto como estudo-piloto para esclarecimento do campo. O mesmo autor afirma ainda que a análise de um caso consiste em um estudo profundo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento, tarefa praticamente impossível mediante outros delineamentos já considerados.

4 VANTAGENS E DESVANTAGENS DO SPED NA EMPRESA ALFA

A empresa Alfa iniciou suas operações comerciais no início de 1998, e atua na fabricação de suspensões, eixos, cubos e tambores. Estes componentes atendem ao consumo das montadoras de ônibus e caminhões. Em 2003, então contando com 600 funcionários, foi inaugurada a nova planta da empresa Alfa Ltda, em uma área de 17.000 m².

Através do Protocolo de ICMS 10/07 e suas alterações, a empresa Alfa está obrigada a entrega do SPED desde 1º de abril de 2009 com a inclusão da fabricação e importação de autopeças. Com isso a empresa Alfa passou a usar a NF-e a partir de 1º de abril de 2009, entregou a EFD pela primeira vez em setembro de 2009 e, em junho de 2010 entregou pela primeira vez a ECD.

A empresa passou por um período de adaptação do SPED, pois a mesma faz parte de um grupo de empresas, onde um sistema que é implantado em uma empresa também será implantado nas demais. Porém, cada empresa tem suas particularidades e o sistema tem que estar adequado a todas. Para o SPED não foi diferente: as empresas utilizam um sistema X para geração dos arquivos digitais. Porém o esse sistema X tem que se adequar as particularidades de cada empresa.

Com relação a implantação da NF-e não houve problemas com o sistema, as pessoas envolvidas no processo apenas tiveram que se adequar ao novo sistema e seus procedimentos. Porém, para a EFD e a ECD, onde as mesmas dependem de um sistema de terceiros para geração dos arquivos, foi um pouco mais difícil. Além das pessoas envolvidas terem que se adequar às mudanças que estavam acontecendo, há também as mudanças freqüentes na legislação, além de ter que se adaptar ao no sistema de geração dos arquivos digitais.

Os analistas fiscais encontraram muitas dificuldades referentes aos dados retroativos, pois havia movimentações incorretas e inconformidades de dados cadastrais. Houve um grande trabalho na revisão de cadastro de clientes, fornecedores e transportadoras para complementar e ajustar informações nos campos específicos. Foi efetuado também uma forte revisão nas operações de saídas e entradas da empresa, quanto a correta parametrização dos tipos de operação e regras fiscais, pois com a entrega do SPED e nota fiscal eletrônica os órgãos fiscalização tem acesso à veracidade das informações prestadas pelo contribuinte, pelas mais diversas formas de confrontação de dados.

Para o setor contábil também houve muitas dificuldades, principalmente como os Livros Auxiliares. A empresa teve que importar sua movimentação contábil do sistema de dados da empresa para o sistema de geração dos arquivos para o SPED. Houve problemas na importação, onde por algum motivo não carregava corretamente os dados e com isso, os analistas tiveram que conciliar os relatórios da base de dados da empresa com o que foi importado para o novo sistema, bem como encontrar o problema e solucionar junto a o setor de TI. A grande dificuldade encontrada foi quanto aos Livros Auxiliares (Folha de Pagamento, Controle de Estoque e Controle Patrimonial). Com o propósito de esclarecer os custos que a empresa teve com a implantação do SPED, o Quadro 1 demonstra os gastos mais significativos:

Quadro 1: Custos com a implantação do Sistema

Descrição	Valor
Compra Sistema de Terceiro para geração dos Arquivos Digitais	R\$ 20.000,00
Custo com a Implantação do Sistema da NF-e	R\$ 15.000,00
Treinamento pessoas Faturamento/Recebimento	R\$ 2.700,00
Treinamento Analistas Fiscais	R\$ 1.100,00
Treinamento Analistas Contábeis	R\$ 600,00
Total dos Custos	R\$ 39.400,00

Fonte: elaborado pelos autores.

Cabe ressaltar que a empresa teve que adquirir um programa para a geração dos arquivos digitais para importar para o aplicativo validador da Receita Federal. Houve também a compra do sistema para o controle de saída das notas fiscais da empresa. Com todas as mudanças nos procedimentos e nos sistemas, a empresa teve que investir na qualificação de pessoas, treinando as mesmas para executarem os novos procedimentos.

Com a implantação do SPED, além do investimento de programas para geração dos arquivos, a empresa teve que investir na qualificação dos seus funcionários, oferecendo-lhes cursos para cada etapa do SPED. Ofereceu cursos de NF-e para os funcionários que emitem e recebem notas fiscais. Além disso, investiu em cursos para os analistas fiscais, pois os mesmos necessitavam de mais conhecimento para a emissão da EFD. Também disponibilizou cursos para os analistas contábeis que tiveram a necessidade para a emissão da ECD.

Considerando todas as dificuldades que a empresa encontrou no início da implantação do SPED, atualmente a empresa, nos setores relacionados ao fiscal está seguindo suas atividades de forma normal. O SPED já tornou-se mais uma rotina na vida fiscal da empresa. O que o setor fiscal ainda menciona como uma grande dificuldade na geração dos arquivos ao fisco é grande quantidade de informações para serem analisadas em um período muito curto de tempo, antes do envio das informações ao fisco.

Para o recebimento de Notas Fiscais também houve mudanças favoráveis, pois agora já existem alguns fornecedores que adotaram a NF-e, o que facilita a entrada da nota fiscal. Anteriormente, essa operação era feita de forma manual e agora é feita através do arquivo em formato XML. Apesar dos custos envolvidos na implantação do SPED, o mesmo também trouxe vantagens para empresa. Dentre estas vantagens, pode-se destacar:

- Redução o custo das obrigações tributárias acessórias, com a redução do tempo dos analistas trabalhando nas mesmas e com a redução da impressão dessas obrigações.
- Eliminação da duplicidade de dados que serão geradas para o fisco, como o envio de informações unificadas, pois os mesmos dados eram enviados ao fisco em varias declarações;
- Redução de custos de armazenagem de documentos fiscais, por não precisar mais imprimir as notas fiscais, o que diminui os volumes de papéis armazenados por anos nos chamados arquivos inativos, pois agora a documentação fica armazenada em arquivos digitais em um banco de dados;

- Gerenciamento Eletrônico de documentos como a geração e armazenamento dos dados digitalmente, o que facilita a consulta a esses documentos, sempre que necessário;
- Qualidade da informação como o maior controle nas operações da empresa, com o fisco tendo as informações detalhadas e em tempo real, a empresa passa a ter maior cuidado e controle de suas operações, o que garante sua melhor qualidade;
- Redução nos custos de impressão das Notas Fiscais: com a substituição da impressão da nota fiscal em formulários pela a impressão em papel A4 da DANFE a empresa economiza em tinta para impressora e formulários;
- Redução nos custos de impressão dos Livros Fiscais e Contábeis: Com os livros sendo enviados ao fisco e armazenados de forma eletrônica, a empresa economizou em papel e tinta para impressão, por não ter mais que imprimir os livros, tanto fiscais quanto contábil;
- Maior facilidade no envio das obrigações acessórias: Como o novo sistema da Receita Federal, o envio das que com o SPED informações podem ser feitas de forma eletrônica, sem precisar deslocar nenhum funcionário para apresentar essas informações para o registro na junta comercial, por exemplo; e
- Maior controle nas suas operações fiscais e financeiras: com o SPED a empresa passou a ter maior controle em suas operações fiscais e financeiras, já que com este sistema as informações chegam em tempo real para o Fisco, dobrou o cuidado no calculo e pagamento dos impostos.

Assim como o SPED trouxe muitas vantagens para a empresa, apresenta também algumas desvantagens. Dentre estas desvantagens, podem-se citar as seguintes:

- Em um primeiro momento pode-se apontar como uma desvantagem a implantação do próprio sistema, já que o mesmo trouxe custos não planejados para empresa, como a compra de sistemas para se adequar as regras do SPED, custos com a qualificação das pessoas envolvidas no processo;
- A empresa teve custo com a qualificação das pessoas envolvidas no processo, como de sistemas terceirizados para geração dos arquivos eletrônicos;
- Outra desvantagem que pode ser destacada é o fato de, a partir da implantação da NF-e, o fisco ter as informações em tempo real. Isto pode gerar muitos transtornos no caso da emissão de uma nota fiscal com alguma informação errada. Com a entrega da ECD e EFD, o fisco tem disponível em seu banco de dados todas as informações de forma detalhada caso deseje investigar qualquer operação. Isso pode levar a empresa a ter varias autuações; e
- A insegurança por não saber se o que está sendo enviado é o que realmente o fisco deseja, pois infelizmente a legislação vigente no momento não deixa isso claro para as empresas, tanto que há muitas especulações do que se deve informar e o que não se deve enviar. A empresa ainda sente-se insegura com o envio de todas essas informações para armazenamento no banco de dados da Receita Federal, pelo fato de não saber o que realmente vão ser feitos com os dados entregues.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo teve-se a oportunidade de demonstrar como foi aplicado o SPED na prática do dia a dia em uma empresa de grande porte no ramo industrial. Este trabalho conseguiu alcançar o seu objetivo, pois verificaram-se vantagens e desvantagens trazidas pela implantação do SPED. Verificou-se também que ocorreram diversas mudanças na rotina da empresa depois da sua implantação: mudanças nas rotinas das pessoas da emissão e recebimento de notas, assim como mudança na rotina dos analistas fiscais e contábeis.

A empresa apresentada no estudo de caso ganhou com a redução dos custos na impressão tanto das notas fiscais quanto na impressão dos Livros Fiscais e Contábeis. Também ganhou na questão de controles de suas operações, pois agora, pelo fato do fisco ter todas as informações da empresa de forma detalhada, as pessoas envolvidas nos procedimentos aumentaram os cuidados para evitar os erros em suas atividades diárias. Porém a empresa ressalta um ponto negativo: a mesma sente-se vulnerável com o envio de tantas informações a Receita Federal, por não saber o destino final que podem ter estas informações.

Com base em tudo que foi apresentado sobre o SPED e seus pilares, pode-se concluir que a empresa ganhou em tempo e em aspectos financeiros com a sua implantação. Porém, é perceptível que quem mais ganhou com tudo foi o fisco, que agora tem as informações em tempo real e de forma detalhada para consultar sempre que achar necessário, além da rapidez na identificação de ilícitos tributários e fraudes cometidas pelos contribuintes.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto 6.022, de 22 de janeiro de 2007. DOU de 22.01.2007. Edição extra. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6022.htm>. Acesso em: 15 set. 2009.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Sped** <<http://www.cfc.org.br/conteudo.aspx?codMenu=296>> . Acesso dia 18 de mar.2010.

Convenio ICMS 143/06. Disponível em:

<http://www.fazenda.gov.br/confaz/confaz/Convenios/ICMS/2006/CV143_06.htm>. Acesso em 16 de maio de 2010.

DUARTE, Roberto Dias. **Big Brother Fiscal III**. Brasil na era do conhecimento: como a certificação digital, SPED e NF-e estão transformando a Gestão Empresarial no Brasil, 2009. Disponível em : <<http://www.financialweb.com.br/whitepapers>>. Acesso em 23 dez. 2009.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de Metodologia**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2003. Disponível em: <<http://www.financialweb.com.br/noticias>>. Acesso em: 16 mar. 2010.

GIL, Antonio Carlos, **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas,1999.

_____, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas,2002.

MARCONI, Mariana de Andrade, LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

Plano de contas referencial. Disponível em: <<http://www1.receita.fazenda.gov.br/faq/sped-contabil.htm> />. Acesso em 09 mai. 2010

Portal da Nota Fiscal Eletrônica. Disponível em:

<<http://www.nfe.fazenda.gov.br/portal/descricao.aspx> />. Acesso em: 07 mai. 2010.

Portal do SPED. Disponível em: <<http://www1.receita.fazenda.gov.br/sped-contabil/como-funciona.htm> />. Acesso em: 19 mar. 2010.

PROTOCOLO ICMS 10, DE 18 DE ABRIL DE 2007. Disponível em:

<http://www.fazenda.gov.br/confaz/confaz/Protocolos/ICMS/2007/pt010_07.htm>. Acesso em 16 de maio de 2010.

Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul: <<http://www.sefaz.rs.gov.br/NF-E/NF-Eindex.aspx>>. Acesso em: 18 de mar. 2010.

SOLIMEO, Marcel. **Custo de implementação do Sped prejudica médias empresas.** Disponível em:

<http://www.financialweb.com.br/noticias/index.asp?cod=66272&utm_source=newsletter_20100316&utm_medium=email&utm_content=Custo%20de%20implementação%20do%20Sped%20prejudica%20média%20empresa&utm_campaign=FinancialWebNewsletter>. Acesso em 16/03/2010.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia a pesquisa-ação.** 4. ed. São Paulo: Cortez: autores e associados, 1988.